

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
SUPERINTENDENCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**

**TERMO DE REFERÊNCIA  
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO  
SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)**

**PREGÃO Nº 68/2021  
(Processo Administrativo nº 23066.056351/2021-49)**

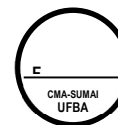
**1. DO OBJETO:**

- 1.1. Contratação da proposta mais vantajosa para contratação dos serviços continuados de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde classificados como Biológicos, Potencialmente Infectantes (grupo A, segundo classificação da RDC 222/2018) e Perfurocortantes (grupo E, segundo classificação da RDC 222/2018), com fornecimento de Certificado de destinação e de todo material necessário ao serviço, especialmente bombonas e balanças, nos campi da Federação/On-dina, do Canela e unidades dispersas, no Município de Salvador, no IMS- Instituto Multidisciplinar em Saúde no Campus Anísio Teixeira no Município de Vitória da Conquista, e no Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICTI/UFBA no Campus Carlos Marighela no Município de Camaçari, pertencentes à Universidade Federal da Bahia, Estado da Bahia, conforme quantidades, condições e especificações, durante um prazo de 12 (doze) meses, estabelecidas neste instrumento (Código CATSER: 133-3) conforme descrição a seguir:

CAT-SER	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE (KG)	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
133-3	1	3975000000003  Serviço de Serviços de tratamento e eliminação de resíduos perigosos. Fornecimento de bombona, pesagem in loco, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos	50.000	R\$ 4,10	R\$205.000,00



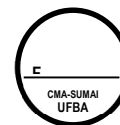
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



		<b>resíduos infectantes e perfurocortantes; com emissão de Certificado de Destinação Correta. CATSER 133-3</b>			
--	--	--	--	--	--

**Embora a unidade de fornecimento do Catser 133-3 tenha apenas a opção unidade, a aceitação das propostas no referido pregão será feita por quilograma.**

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum continuada.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução por Empreitada por Preço Unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. Serão descartados anualmente aproximadamente 50.000 Kg (cinquenta mil quilogramas) de resíduos infectantes e perfurocortantes. Esse quantitativo foi levantado com base no que foi constatado no contrato anterior, geração anual em torno de 40.000 Kg, além do proposto para pregão 11/2014 (52 toneladas) e resíduos coletados até janeiro de 2016 (10 toneladas) e no pregão 19/2015 estimado para 12 meses com acréscimo de 25%.
- 1.7. O serviço será prestado nas dependências dos Campi e unidades dispersas da Universidade Federal da Bahia na capital e no interior do Estado da Bahia, atendendo à legislação federal, estadual e municipal vigente, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos:
  - 1.7.1. Anexo A - Especificações Técnicas.
  - 1.7.2. Anexo B - Planilha de Medição.
  - 1.7.3. Anexo C - Termo de Recepção e Responsabilidade.
  - 1.7.4. Anexo D - Termo de Responsabilidade para Habilitação.
  - 1.7.5. Anexo E - Modelo de Proposta Comercial.
  - 1.7.6. Anexo F - Relação das unidades geradoras de RSS.
- 1.8. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante dos processos administrativos, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas,



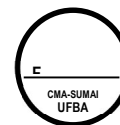
em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Subsistema de Preços Praticados – SISPP do SIASG, conforme o caso.

## **2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1. À Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura cabem, além das funções gerais previstas no art. 21 do Regimento Geral da Universidade, as funções de planejar, coordenar e controlar o desenvolvimento da infraestrutura e patrimônio físico da universidade; elaborar, acompanhar e coordenar a implantação das políticas de gestão ambiental; bem como zelar pela manutenção das instalações físicas e espaços comuns da universidade.
- 2.2. A presente licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde classificados como Biológicos, Potencialmente Infectantes e Perfurocortantes torna-se indispensável para o gerenciamento correto dos resíduos de saúde classificados como Infectantes e Perfurocortantes e ao atendimento das exigências da legislação ambiental e de segurança ora vigentes nas unidades dos campi da UFBA, não havendo possibilidade de contratação direta, uma vez que não constam da relação de cargos das Universidades Federais.
- 2.3. A contratação está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional/Planejamento Estratégico 2018-2022 da Universidade, em seu Objetivo Estratégico 10: “Consolidar, aperfeiçoar e qualificar a infraestrutura física, tecnológica e de serviços da Universidade à luz do paradigma do Campus Inteligente, Sustentável e Humanizado (<https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/pdi-2018-2022.pdf> - pag. 119).
- 2.4. Universidade Federal da Bahia, através de suas unidades de saúde, gera resíduos de serviços de saúde (RSS) e, portanto, deve se responsabilizar pelo correto destino desse material conforme RESOLUÇÃO RDC ANVISA Nº 222/2018.
- 2.5. Os Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) podem criar situações de risco e ameaça ao Meio Ambiente e à Saúde Pública, especialmente no que tange aos classificados como perigosos, tais como os resíduos Infectantes e Perfurocortantes.
- 2.6. Os resíduos Infectantes e Perfurocortantes demandam cuidados especiais quanto aos procedimentos de manuseio, acondicionamento, armazenagem, transporte, tratamento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



e destinação final em função das suas características peculiares e dos riscos que apresentam.

- 2.7. O manejo adequado dos resíduos Infectantes e Perfurocortantes trará como benefícios à UFBA a garantia de não agressão ao meio ambiente, à saúde pública e aos trabalhadores envolvidos.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

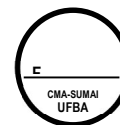
- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço continuados de tratamento e eliminação de resíduos perigosos. Fornecimento de bombona, pesagem in loco, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos infectantes e perfurocortantes; com emissão de Certificado de Destinação Correta para os *campi* da UFBA nas cidades de Salvador/BA, Vitória da Conquista/BA e Camaçari/BA no decorrer da vigência do contrato.
- 3.2. Os serviços serão prestados nas dependências dos Campi e unidades dispersas da Universidade Federal da Bahia na capital e no interior do estado da Bahia, atendendo à legislação federal, estadual e municipal vigente.

### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

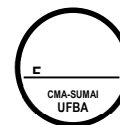
### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. Os serviços continuados de Serviços de tratamento e eliminação de resíduos perigosos, fornecimento de bombona, pesagem in loco, coleta, transporte, tratamento e



destinação final dos resíduos infectantes e perfurocortantes; com emissão de Certificado de Destinação Correta deverão ser realizados dentro dos campi da UFBA na cidade de Salvador/BA, Vitória da Conquista/BA e Camaçari/BA no decorrer da vigência do contrato.

- 5.1.2. A prestação do Serviço precisa ser de forma continuada, tendo em vista que o gerenciamento de resíduos perigosos faz parte de ações preventivas e corretivas sobre o meio ambiente e que sua interrupção pode gerar riscos à comunidade dos *campi*.
- 5.1.3. O prazo previsto para a vigência do contrato é de 12 (doze) meses, consecutivos a partir da assinatura do instrumento contratual ou da data de retirada da Nota de Empenho, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 5.1.4. A empresa vencedora deverá disponibilizar os equipamentos de proteção individual e coletiva para a execução dos serviços de gerenciamento de resíduos perigosos descritos neste Termo de Referência.
- 5.1.5. Os equipamentos deverão apresentar boas condições de uso e tempo de fabricação não superior a 02 (dois) anos.
- 5.1.6. A empresa CONTRATADA deverá, também, disponibilizar as ferramentas, EPI's (equipamentos de proteção individual) e EPC's (equipamentos de proteção coletiva) de acordo com a especificidade de cada trabalho.
- 5.1.7. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.
- 5.2. Os serviços deverão ser prestados conforme normas técnicas e legislações do CONAMA, ANVISA, ABNT e outras pertinentes.
- 5.3. A CONTRATADA deve manter em seu quadro de pessoal um responsável técnico devidamente qualificado e habilitado para atuação na gestão dos resíduos infectantes e perfurocortantes.
- 5.4. A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela fiscalização, salvo aqueles que se caracterizem notadamente como de emergência e necessários ao andamento ou segurança dos serviços.
- 5.5. Os serviços serão realizados conforme discriminado a seguir:
- 5.6. Fornecimento de Bombonas
  - 5.6.1. A empresa CONTRATADA deverá fornecer os recipientes de diferentes volumes (ao menos 2 opções volumétricas menores que 250 L) com rotulagem.

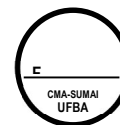


- 5.6.2. O quantitativo de bombonas a permanecer fixo nos pontos de coleta (unidades da UFBA) será definido no início do contrato com base nas produções dos resíduos de cada unidade, frequência solicitada para coleta, local de armazenagem e capacidade das bombonas fornecidas pela empresa.
- 5.6.3. Os referidos recipientes deverão estar devidamente enquadrados nas normas vigentes, bem como identificados com os símbolos inerentes aos resíduos perigosos e de saúde, com os dizeres preconizados por Lei e normas regulamentadoras associadas.
- 5.6.4. Os recipientes deverão ser constituídos de material rígido, lavável, impermeável, provido de tampa, com cantos arredondados e apropriados a contenção dos resíduos a eles destinados. Sendo disponibilizados pela CONTRATADA de acordo com as necessidades das unidades da UFBA em relação ao número e ao tipo de recipiente.
- 5.6.5. Os recipientes deverão ser entregues pela CONTRATADA íntegros, higienizados, com tampa, rotulados, com saco; obedecendo normas vigentes.
- 5.6.6. A higienização, conservação e manutenção dos recipientes ficará a cargo da CONTRATADA.
- 5.6.7. Recipientes, sacos e rotulagem deverão observar as especificações das Normas Técnicas da ABNT, Resolução CONAMA 275 de 25 de abril de 2001 (em vigor) e RDC ANVISA nº 222, de 25 de setembro de 2018, e separados de resíduos de outra natureza
- 5.6.8. As unidades da CONTRATANTE definirão a classe de resíduos que descartarão de acordo com a RDC Anvisa nº 222/2018, para que a CONTRATADA forneça as bombonas adequadas, com rotulagem correspondente segundo normas vigentes.
- 5.6.9. Durante a prestação de serviço, todas as vezes que a CONTRATADA coletar os recipientes cheios de resíduos infectantes e perfurocortantes, estes deverão ser substituídos, em igual quantidade, por outros vazios.
- 5.6.10. No caso de qualquer rachadura ou quebra das bombonas, a CONTRATADA deverá substituir a(s) peça(s), no prazo máximo de 48 horas, após notificação da contratante via fax/telefone/e-mail. A substituição deverá ser feita sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

5.7. Pesagem:



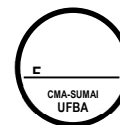
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



- 5.7.1. A pesagem será feita in loco, no momento imediato da coleta nas unidades da UFBA, por funcionário da CONTRATADA, com balança fornecida pela CONTRATADA, em presença do representante da CONTRATANTE.
- 5.7.2. A balança fornecida pela CONTRATADA poderá ser dispensada em unidades geradoras de resíduo que a possuam; a critério da CONTRATANTE.
- 5.7.3. A balança deverá:
- 5.7.3.1. Ser adequada para a pesagem dos resíduos, sendo perfeitamente adequada aos formatos, às capacidades (volumétricas e de pesos) das bombonas fornecidas.
  - 5.7.3.2. Possuir divisão de 100 g ou menor (10 g, 1 g etc).
  - 5.7.3.3. Dispensar a existência de tomadas para funcionamento (podendo ser mecânica ou de bateria recarregável bivolt).
  - 5.7.3.4. Caso seja constatado defeito ou descalibração da balança, a CONTRATADA deverá substituir ou recalibrar a balança sem ônus a CONTRATANTE.

5.8. Coleta:

- 5.8.1. A coleta será feita em cada unidade geradora de RSS em frequência e dias estabelecidos pela CONTRATANTE no período de funcionamento de cada unidade geradora.
- 5.8.1.1. As unidades poderão ter horários de funcionamento diferenciados.
- 5.8.2. As demandas extras relativas às coletas serão comunicadas à CONTRATADA com antecedência mínima de 5 dias.
- 5.8.2.1. Entende-se por demanda extra àquela excepcional, previsível, fora da frequência e quantitativos exigidos pela unidade; como também a coleta necessária e previsível em unidades que não possuem serviço regular.
- 5.8.3. Os atendimentos às emergências terão que ser realizados pela CONTRATADA no prazo de 24 horas após solicitação.
- 5.8.3.1. Entende-se por emergência a demanda excepcional, imprevisível, fora da frequência e quantitativos exigidos pela unidade; como também a coleta necessária e imprevisível em unidades que não possuem serviço regular.



5.8.4. A coleta deverá ser feita por pessoal treinado, portando uniforme e equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI e EPC) apropriados;

5.8.4.1. Este pessoal deverá ser instruído quanto às medidas a serem tomadas em situação de emergência e acidentes na coleta.

5.8.5. Todo o procedimento de coleta deverá ser feito na presença do Fiscal Local ou funcionário da CON-TRATANTE designado pelo Fiscal Local e/ou direção da unidade, que atestará a realização da coleta através de Planilha de Medição de resíduos (Anexo B).

5.8.5.1. Após fechamento do mês o funcionário da CONTRATADA entregará uma cópia de sua via ao Fiscal Local para atesto.

5.9. Transporte:

5.9.1. Após a coleta, a CONTRATADA deverá fazer o transporte dos RSS para o tratamento devido e para destinação final.

5.9.2. A CONTRATADA deverá possuir licenças válidas para transporte dos resíduos infectantes e perfurocortantes.

5.9.3. O transporte deverá obedecer à resolução Decreto Federal nº 96044 de 18 de maio de 1988 (em vigor), bem como outras legislações e normas aplicáveis (especialmente aquelas presentes nas NBRs que tratam de temas relacionados ao objeto).

5.9.4. O transporte deverá ser feito em veículo(s) licenciado(s) para este fim; dotado do nome da empresa coletora, com identificação de risco de acordo com a NBR 7500:2021 e número ONU conforme estabelecido na Resolução nº 5.232 de 2016.

5.9.5. O transporte deverá ser feito por Motorista (s) portador (es) do Certificado de Curso MOPP e Carteira Nacional de Habilitação válidos.

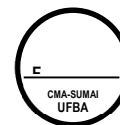
5.9.6. O material a ser colocado no transporte é a bombona, não sendo permitida a transferência do material de dentro das mesmas para outro recipiente.

5.9.7. A CONTRATADA deverá providenciar todos os documentos e licenças; pagamentos de taxas associadas ao transporte; plano de contingência e emergências e kit associado.

5.10. Transporte:

5.10.1. Todo o resíduo infectante coletado na UFBA deve seguir diretamente para a Unidade de Tratamento da CONTRATADA a fim de inativar a carga microbiana, utilizando as





melhores técnicas disponíveis para o tipo de resíduo e de acordo com a legislação em vigor.

5.10.2. A contratada deverá estar licenciada para tratar resíduos por órgão ambiental competente para atuação na Bahia.

5.10.3. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE o tipo de tratamento empregado. Os quais serão aceitos se estiverem de acordo com legislação vigente.

5.10.4. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos e insumos necessários à perfeita realização do serviço, devendo os equipamentos estar em perfeitas condições de uso e os insumos serem de qualidade comprovada.

5.10.5. O tratamento deverá obedecer ao disposto na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 (em vigor) e RDC Anvisa nº 222/2018, suas atualizações, outras legislações que venham a substituí-las no período de vigência do contrato, bem como em consonância com outros critérios estabelecidos pelos órgãos ambientais, legislações e normas aplicáveis.

5.10.5.1. No caso de tratamento térmico, deverá obedecer também a resolução CONAMA 316 de 29 de outubro de 2002 (em vigor), bem como alterações e complementações.

5.11. Destino:

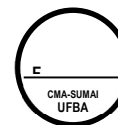
5.11.1. A CONTRATADA deverá encaminhar os resíduos que perdurarem ao fim do tratamento, a depender da natureza, para aterros classe I ou classe II, de acordo com legislação e normas vigentes.

5.11.1.1. O destino final do resíduo coletado deverá atender integralmente as posturas estaduais e municipais, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA qualquer ação cometida ou tomada pela mesma, diferente do neste item estabelecido.

5.11.2. O aterro utilizado deverá estar licenciado para receber os resíduos que perdurarem ou forem produzidos após tratamento por órgão ambiental competente.

5.11.3. Não será permitida a utilização de áreas de transbordos para a disposição dos resíduos, como também que o resíduo pernoite em lugar inadequado.

5.11.4. É expressamente proibido o reaproveitamento ou a comercialização dos resíduos coletados.



5.12. Certificados:

5.12.1. A contratada deverá fornecer Termo de Recepção e Responsabilidade conforme modelo do ANEXO C ou Certificado Equivalente que comprove que a empresa recebeu e responsabilizou-se por coletar, transportar, tratar e dar destino conforme legislação.

5.13. Acidentes:

5.13.1. Em caso de acidente de grandes proporções, a CONTRATADA deverá notificar imediatamente os órgãos municipais e estaduais de controle ambiental e saúde pública.

5.13.2. Em caso de acidente de pequenas proporções, a própria guarnição da CONTRATADA deverá retirar os resíduos do local atingido, efetuando a limpeza mediante o uso dos equipamentos auxiliares, sob orientação do Responsável Técnico.

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Norma SLTI/MPOG n.º 01, de 19/01/2010.

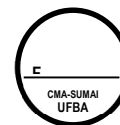
6.1.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, sendo necessária uma atuação conjunta com a CONTRATANTE.

6.1.2. *A CONTRATADA deve atuar como facilitador das mudanças de comportamento de seus empregados;*

6.1.3. *A CONTRATADA deve atuar como facilitador das mudanças de comportamento de seus empregados; A CONTRATADA deve atuar como facilitador das mudanças de comportamento de seus empregados;*

6.1.4. *A CONTRATADA deverá orientar seus empregados sobre Sustentabilidade Ambiental e para que colaborem de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela CONTRATANTE (quando houver).*

6.1.5. *A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE.*



6.1.6. *Demais obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE estão descritas ao longo deste Termo de Referência.*

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

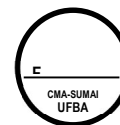
- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas, com o Núcleo de Recursos Naturais – NUREN/CMA/SUMAI/UFBA.
- 7.1.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.1.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.1.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.1.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.1.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Anexo V).

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

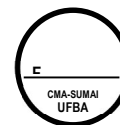
- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 8.1.1. Todas as áreas das dependências dos *campi* da Federação, do Canela, das unidades dispersas, e do campus Vitória da Conquista e Camaçari da Universidade Federal da Bahia, estado da Bahia, conforme quantidades, condições e especificações constantes neste Termo de Referência/Especificações Técnicas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



- 8.1.2. Os serviços serão presenciais e prestados de segunda a sexta, executados por profissionais pertencentes ao quadro funcional da contratada, com carga horária discriminada a seguir:
- 8.1.3. Desse modo o intervalo para a prestação dos serviços sob demanda das unidades geradoras de resíduos infectantes e perfurocortantes será: segunda a sexta-feira das 08h às 17:00h.
- 8.1.4. A jornada de trabalho prevista não poderá ser acrescida com serviços extraordinários.
- 8.1.5. Em caso de treinamento, por parte da empresa contratada, este só poderá ser realizado fora do horário estabelecido para a prestação dos serviços contratados.
- 8.1.6. O acompanhamento da execução dos serviços será desempenhado de acordo com as solicitações apresentadas pela Coordenação de Meio Ambiente da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura – SUMAI/UFBA.
- 8.1.7. Os prepostos deverão planejar sua rotina diária de trabalho com base nas informações e elementos constantes nos processos de elaboração de projetos e de execução dos serviços, cuidando para que os serviços sejam prestados dentro de padrões de excelência, sob os aspectos da organização, eficiência, qualidade, economicidade e de acordo com as Normas Técnicas Ambientais vigentes, submetendo-se ao crivo e à avaliação permanente do Fiscal do Contrato, da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura, através da Coordenação de Meio Ambiente da SUMAI, sem prejuízo do gerenciamento que deve ser exercido pela empresa vencedora deste certame.
- 8.1.8. A Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura através da Coordenação de Meio Ambiente impugnará quaisquer serviços que não satisfaçam as Normas Técnicas Ambientais vigentes ou que descumpram as condições contratuais, ficando a contratada obrigada a refazer os serviços sem quaisquer ônus para a UFBA.
- 8.1.9. Caso a fiscalização da UFBA determinar a substituição de algum profissional da empresa Contratada, esta deverá apresentar novo preposto para aprovação da Coordenação de Meio Ambiente da SUMAI, substituindo o anterior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem que haja interrupção na prestação do serviço.
- 8.1.10. A não substituição do profissional ou atraso na realização deste procedimento ensejará a aplicação das penalidades administrativas cabíveis à Contratada, conforme previsto neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos e, ainda, nos arts. 86 e 87, da Lei nº. 8.666/93, podendo ocasionar, até mesmo, a rescisão contratual.



- 8.1.11. Caso a Contratada não proceda à substituição do profissional, mesmo que este fato não venha a implicar em prejuízo do serviço, esta não ficará isenta do desconto integral do dia não trabalhado ou de sua proporcionalidade homem/dia, na respectiva fatura.
- 8.1.12. Após o decurso do prazo de 05 (cinco) dias úteis para a substituição do profissional, a Contratante poderá não autorizar o ingresso do preposto a ser substituído em suas dependências.
- 8.1.13. É inerente aos serviços contemplados neste projeto a presença dos elementos de subordinação, pessoalidade e habitualidade, caracterizando a relação de emprego entre os profissionais e a empresa a ser contratada. Deste modo, fica vedada a participação das empresas Cooperativas para a prestação destes serviços terceirizados, conforme Conciliação entre o Ministério do Público do Trabalho e Advocacia Geral da União.
- 8.1.14. A execução dos serviços poderá ser iniciada logo após a assinatura do Contrato.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

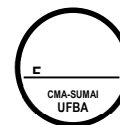
- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

## **10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

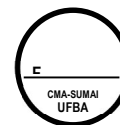
- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes característica:
- 10.1.1. Realização de coleta de resíduos de serviço de saúde nos campi da Federação/Ordina, do Canela e unidades dispersas, no Município de Salvador, no Campus Anísio Teixeira no Município de Vitória da Conquista, e no Campus do Município de Camaçari, pertencentes à Universidade Federal da Bahia, Estado da Bahia, conforme ANEXO F, além das demais etapas de gerenciamento destes resíduos perigosos, conforme descrito neste termo de referência.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



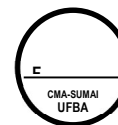
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.5.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.5.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.5.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.



- 11.10. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 11.11. A condicionar os RSS nas bombonas disponibilizadas pela CONTRATADA, em locais adequados nas unidades geradoras.
- 11.12. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, seus Anexos, e do Termo de Referência.
- 11.13. Fornecer à CONTRATADA relação nominal por unidade geradora de RSS o nome dos funcionários responsáveis pela fiscalização.
- 11.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.15. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados.
- 11.16. Notificar a CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 11.17. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme contrato.
- 11.18. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.19. Liberar o local e permitir o livre acesso da contratada para execução dos serviços solicitados.
- 11.20. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada.
- 11.21. Receber, conferir e atestar a nota fiscal/documentos de cobrança.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

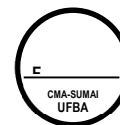
- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas



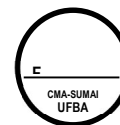
e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.





- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017;



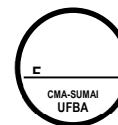
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

### **13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA**

- 13.1. A contratada deverá apresentar:
- a) Licenças de Transporte e Operação para tratamento de resíduos de saúde emitido pelo órgão licenciador INEMA.
  - b) Cadastro da empresa e do seu Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA. Certificado ou Registro da empresa no Cadastro de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais e instrumentos de Defesa ambiental CTF/AINDA (IBAMA) juntamente com cadastro estadual de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais (CEAPD).
  - c) Comprovação de vínculo entre a empresa licitante e o responsável técnico, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, emitido (s) pela entidade profissional competente.
  - d) Certificado de habilitação adequada (Certificado MOPP) dos motoristas. Haja vista que o condutor de veículo utilizado no transporte de produto perigoso tenha qualificações e habilitações previstas na legislação de trânsito.
  - e) Os veículos utilizados nas etapas de transporte dos resíduos perigosos (Classe I) devem estar CERTIFICADOS PELO INMETRO.



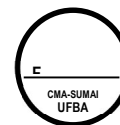
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



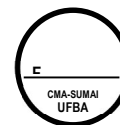
- f) Laudos Comprobatórios de Eficiência no Tratamento de Resíduos.
- g) Comprovação de rastreamento dos veículos utilizados no serviço de coleta e transporte e tacógrafo.
- h) Teste de fumaça preta por avaliador de opacidade, do veículo utilizado nos serviços de coleta e transporte de resíduo de serviços de saúde;
- i) Comprovação de disposição final dos resíduos tratados, em aterros licenciados pelo INEMA, através de contrato com o mesmo.
- j) Apólice de seguro ambiental para transporte de cargas perigosas, poluentes e contaminantes.
- k) AVCB - Alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros em nome da licitante.

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
  - 14.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.
  - 14.1.2. Desde que a contratada execute as atividades de um dos itens a seguir: pesagem, coleta juntamente com transporte, ou; tratamento, ou; destinação final.
- 14.2. A LICITANTE deverá apresentar os documentos da empresa a ser subcontratada para participar da licitação.
- 14.3. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.
- 14.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 14.5. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, nos percentuais mínimo de 1 e máximo de 20%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:



- 14.5.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
- 14.5.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 14.5.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 14.5.4. a empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 14.5.5. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- microempresa ou empresa de pequeno porte;
  - consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e
  - consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.
- 14.5.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
- 14.5.7. São vedadas:
- 14.5.7.1. a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica;
- 14.5.7.2. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e



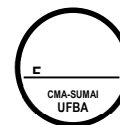
- 14.5.7.3. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

## **15. ALTERAÇÃO SUBETIVA**

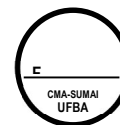
- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993 e Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (verificar os artigos correspondentes), e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997 e Decreto nº 9507, de 2018 (verificar artigo correspondente).
- 16.2. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.3. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.



- 16.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 16.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.14. Os representantes da CONTRATANTE deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



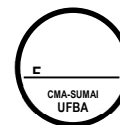
16.15. A fiscalização será feita por gestor do contrato, fiscal administrativo, fiscal técnico geral e fiscais locais (este último será 1 ou mais por unidade gerador); todos devidamente designados para as funções.

16.15.1. Gestor do contrato será responsável por:

- a) Conforme SLTI/MPOG IN nº 12, de 2020 coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual.
- b) Dirigir reuniões.
- c) Notificar a empresa irregularidades na execução do serviço.
- d) Autorizar a emissão da nota e atestá-la com base nas informações do fiscal técnico e administrativo.
- e) Deverá encaminhá-la para pagamento num prazo de 5 dias úteis após recebimento das documentações de cobrança da CONTRATADA e atesto do fiscal técnico e administrativo.
- f) Deverá informar a Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização das faltas e problemas observados e sanções que entender cabíveis.
- g) Ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021(verificar artigo correspondente).
- h) Não serão aceitos, valores de aditivos no contrato a pedidos da contratada, decorrentes de erro de custos ou motivos diversos alegados pela mesma.

16.15.2. Fiscal administrativo será responsável por:

- a) Conforme SLTI/MPOG IN nº 12, de 2020, auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato.
- b) Deverá verificar a manutenção das condições de habilitação e documentação relacionada.
- c) Deverá controlar o saldo do contrato, empenho, vigência.



- d) Relatar ao gestor do contrato qualquer irregularidade nos aspectos sob sua fiscalização.

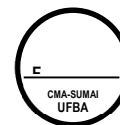
16.15.3. Fiscal Técnico Geral será responsável por:

- a) Conforme SLTI/MPOG IN nº 12, de 2020 será responsável por auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto;
- b) Deverá verificar a manutenção das condições técnicas e documentação relacionada.
- c) Realizar visitas técnicas nas unidades geradoras de resíduos bem como nos locais de tratamento e destinação da CONTRATADA;
- d) Dar suporte aos fiscais locais;
- e) Receber, atestar e encaminhar ao Gestor do Contrato a planilha de medição da CONTRATADA com dados consolidados de cada Unidade.
- Atesto será dado com base em documentação individualmente atestadas pelos Fiscais Locais e Direção da Unidade,
  - O encaminhamento da documentação para o gestor do contrato se dará num prazo máximo de 5 dias úteis após recebimento de toda documentação enviada pela CON-TRATADA e Fiscais locais;
- f) Receber e encaminhar para arquivamento Termo de Recepção e Responsabilidade conforme modelo do ANEXO C ou Certificado Equivalente que comprove que a empresa recebeu e responsabilizou-se por coletar, transportar, tratar e dar destino aos resíduos, conforme legislação.
- g) Relatar ao gestor do contrato qualquer irregularidade nos aspectos sob sua fiscalização.

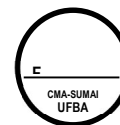
16.15.4. Fiscal Local será responsável por:

- a) Auxiliar o Fiscal Técnico Geral quanto à fiscalização do objeto na unidade geradora para qual foi designado.
- b) Aguardar e promover acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local de pesagem e coleta em sua unidade.
- c) Acompanhar a pesagem feita por funcionário da CONTRATADA, anotando os pesos e data.





- d) Mediante compatibilidade das informações prestadas pela CONTRATADA, dar o atesto à planilha de medição de sua unidade com ciência do diretor da unidade, encaminhando o documento ao Fiscal Técnico Geral num prazo de 5 dias úteis após recebimento.
  - e) Conferir a conformidade do veículo, funcionários, EPI, fardamento, bombonas, balança e pres-tação do serviço na unidade sob sua fiscalização.
  - f) Solicitar à CONTRATADA alteração dos quantitativos de bombonas fixas coleta extra, suspen-são temporária ou mudança na frequência, com base nas necessidades da unidade pela qual é responsável pela fiscalização.
  - g) Deverá comunicar tais alterações ao Fiscal Técnico Geral;
  - h) Relatar ao Fiscal Técnico Geral qualquer irregularidade nos aspectos sob sua fiscalização.
- 16.16. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no SLTI/MPOG IN nº 10, de 2018 (verificar artigo correspondente), quando for o caso.
- 16.17. Os representantes da CONTRATANTE anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (verificar incisos correspondentes).
- 16.18. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATA-DA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação vigente e instrumentos de contrato, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (verificar incisos correspondentes).
- 16.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 2018, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 16.20. A existência e a atuação da fiscalização, bem como a ausência ou omissão da mesma, não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas na lei ou no contrato e em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA



no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, inclusive perante terceiros. Também não a exime de responsabilidade por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

## **17. DOS CRITERIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo B, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- c) A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.2.1. não produziu os resultados acordados;

17.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

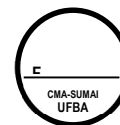
17.3. A autorização para o início dos serviços será efetivada através de Ordem de Serviço ou documento equiva-lente a ser fornecido pela Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura da UFBA (SUMAI-UFBA).

17.4. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos para início das coletas após recebimen-to da Ordem de Serviço.

17.5. Para recebimento do serviço:



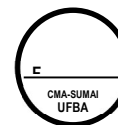
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



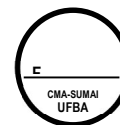
- 17.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal local documento que comprova a passagem pela unidade geradora e pesos dos resíduos coletados especificando dia.
- 17.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal administrativo documentação solicitada para confirmar manutenção de condições de habilitação bem como outras relacionadas à execução do serviço.
- 17.5.3. A CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal técnico geral a planilha de medição com dados consolidados de todas as unidades (pesos, número de bombonas coletadas e custos por unidade e global);
- 17.5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 17.5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato:
- 17.6. Para pagamento:
- 17.6.1. Concluídos os serviços, objetos desta licitação, se estiverem em perfeitas condições atestada pela fiscalização na planilha de medição, bem como recebida toda a documentação exigida neste termo de referência, serão recebidos por esta através do “ACEITE DO SERVIÇO” autorizando a emissão da nota fiscal do mesmo.
- 17.6.2. Aceitos os serviços, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos, subsiste na forma da Lei.
- 17.6.3. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE após aceite de serviço a nota fiscal e planilha de medição com dados consolidados assinados por representante ou preposto da CONTRATADA.

## **18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 18.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;



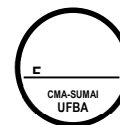
- 18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 18.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
  - A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
  - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
  - Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- 18.5. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão



acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

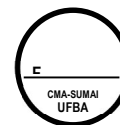
- Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

- 18.6. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 18.7. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 18.8. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 18.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 18.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 18.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.



## **19. DO PAGAMENTO**

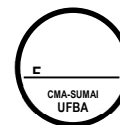
- 19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 19.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
  - 19.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 19.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 19.5.1. o prazo de validade;
  - 19.5.2. a data da emissão;
  - 19.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 19.5.4. o período de prestação dos serviços;
  - 19.5.5. o valor a pagar; e
  - 19.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;



- 19.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 19.7.1. não produziu os resultados acordados;
  - 19.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 19.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 19.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



- 19.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 19.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 19.17. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.
  - 19.17.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.
  - 19.17.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.
  - 19.17.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.
- 19.18. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.
- 19.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

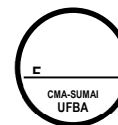
$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

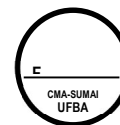
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{100} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual  
= 6%

## 20. REAJUSTE

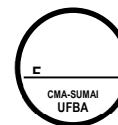
- 20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 20.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
  - 20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
  - 20.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;



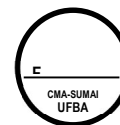
- 20.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 20.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 20.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 20.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 20.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 20.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.



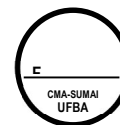
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



- 20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 20.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 20.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 20.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M/FGV, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;
- $I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 20.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



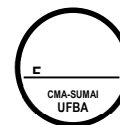
- 20.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 20.13.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 20.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 20.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 20.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 20.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 20.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.



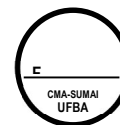
- 20.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 20.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **21. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 21.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 21.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 21.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 21.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 21.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 21.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 21.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 21.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 21.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e



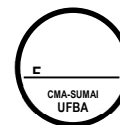
- 21.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.12. Será considerada extinta a garantia:
- 21.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 21.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.



- 21.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.
- 21.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
- 21.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 22.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 22.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 22.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
  - 22.1.5. cometer fraude fiscal.
- 22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

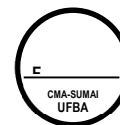


**22.2.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**22.2.2. Multa de:**

- 22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - 22.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 22.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - 22.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
  - 22.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - 22.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 22.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência





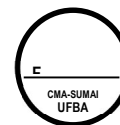
- 22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

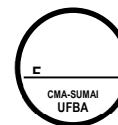
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo	04



	de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do	01



	contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1. Tenham sofrido condenações definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no reconhecimento de quaisquer tributos;

22.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

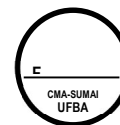
22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

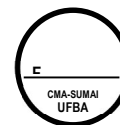
- 22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
  - 23.3.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
  - 23.3.2. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, em plena validade.
  - 23.3.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
  - 23.3.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
  - 23.3.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para

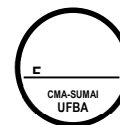


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

- 23.3.6. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 23.3.7. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 23.3.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 23.3.9. Com relação à compatibilidade de quantitativos, serão aceitos atestados que demonstrem a prestação de serviços equivalentes ao objeto contratado em, no mínimo 20.000 Kg.
- 23.3.10. Declaração de que instalará escritório na cidade de Salvador, ou em um raio máximo de até 200 km desta cidade (adequada ao item para o qual apresentar proposta) a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.
- 23.3.11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.
- 23.3.12. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desconveniências técnicas ou financeiras com a contratante.



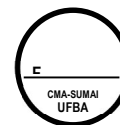
- 23.3.13. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo definido no Edital, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile e email definido no Edital.
- 23.3.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 23.3.15. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico e operacional, considerados essenciais para a execução contratual e realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- 23.3.16. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 23.3.17. Declaração, conforme modelo Anexo VI ao Edital, de que o licitante, por intermédio de representante legal, devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde será realizada o serviço, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.
- 23.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$205.000,00 (duzentos e cinco mil reais).
- 23.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 23.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

#### **24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 24.1. O custo estimado da contratação é previsto no valor global máximo.
- 24.2. Para a definição dos preços estimados foram feitas cotações através de pesquisa de preços em bancos de preços do Governo Federal, a partir de licitações anteriores semelhantes de outros órgãos públicos, seguindo critérios da IN SEGES/ME n. 73, de 5 de agosto de 2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



## **25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

- 25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Fonte: Tesouro Nacional e/ou Próprios

Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

## **26. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

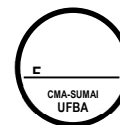
Salvador, 30 de novembro de 2021.

Elaboração:

Gilmar Sales Macêdo Junior Mat: 1836306

Aprovação:

José Antônio Lobo dos Santos Mat: 1741736



## **ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

O presente documento objetiva apresentar as definições técnicas dos serviços de coleta, transporte, tratamento, e destino final dos resíduos de serviço de saúde (RSS) gerados nas dependências dos campi Federação, Canela e unidades dispersas, na cidade de Salvador- BA, Região Metropolitana e interior do Estado da Bahia, da Universidade Federal da Bahia.

Para fins deste termo de referência têm-se as seguintes definições:

**INFECTANTES ou GRUPO A:** Resíduos com a possível presença de agentes biológicos, por suas características, podem apresentar risco de infecção. Segundo a RDC 306 da Anvisa estes resíduos podem ser subdivididos em:

**A1:**

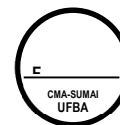
- Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética.
- Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido.
- Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta.
- Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

**A2 :**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de se-rem portadores de microorganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

A3:

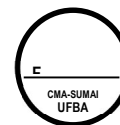
- Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares.

A4:

- Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados.
- Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares.
- Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microorganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons.
- Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo.
- Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



- Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos aná-tomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica.
- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações.
- Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

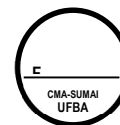
A5 :

- Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com prions.

**PERFUROCORTANTES ou GRUPO E:** Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios laboratoriais de vidro, quebrados (pipetas, tubos de coleta sanguínea, placas de Petri, Béquer, etc) e outros similares.

**ACONDICIONAMENTO** - Consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos e/ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo.

**IDENTIFICAÇÃO** – Consiste no conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações ao correto manejo. A identificação deve estar aposta nos sacos de acondicionamento, nos recipientes de coleta, nos recipientes de transporte, e nos locais de armazenamento, em local de fácil visualização, de forma indelével, utilizando-se símbolos, cores e frases, atendendo aos parâmetros referenciados nas normas NBR/ABNT, além de outras exigências relacionadas à identificação de conteúdo e ao risco específico de cada grupo de resíduos. A identificação dos sacos de armazenamento



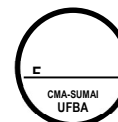
e dos recipientes de transporte poderá ser feita por adesivos, desde que seja garantida a resistência destes aos processos normais de manuseio dos sacos e recipientes.

**ARMAZENAMENTO EXTERNO** – Consiste na guarda dos recipientes de resíduos até a realização da etapa de coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores. No armazenamento externo não é permitida a manutenção dos sacos de resíduos fora dos recipientes ali estacionados.

**COLETA E TRANSPORTE EXTERNOS** – Consistem na remoção dos RSS do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou disposição final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos reguladores.

**TRATAMENTO** - Consiste na aplicação de método, técnica ou processo que modifique as características dos riscos inerentes aos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente. O tratamento será realizado pela empresa contratada ou subcontratada, observadas as condições de segurança para o transporte entre o estabelecimento gerador e o local do tratamento. Os sistemas para tratamento de resíduos perigosos devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 237/1997 e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente.

**DISPOSIÇÃO FINAL** - Consiste na disposição de resíduos no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com a Resolução CONAMA nº.237/97.

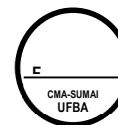


ANEXO B - PLANILHA DE MEDIÇÃO

PLANILHA DE MEDIÇÃO									
NOME DA UNIDADE									
Dias	BOMBONAS INFECTANTES (A)			BOMBONAS PERFUROCORTANTES (E)			Horário de coleta	Funcionário da universidade	
	50 L	200 L	PESO	50 L	200 L	PESO		ASSINATURA	MATRICULA
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									
16									
17									
18									
19									
20									
21									
22									
23									
24									
25									
26									
27									
28									
29									
30									
31									
Ass. fiscal:				Ass. do diretor					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



### **ANEXO C - TERMO DE RECEPÇÃO E RESPONSABILIDADE**

A empresa ....., inscrita no CNPJ ....., declara que coletou ..... de resíduos de serviço de saúde na Universidade Federal da Bahia, no período de ....., e procedeu, sob sua responsabilidade ao transporte, tratamento e destinação final de acordo com as informações abaixo:

1) Identificar tipo de resíduo e o tratamento

N.º	Tipo de Resíduo	Unid. Med.	Quant.	Tratamento
01				
02				

2) Identificar destinação final por tipo de resíduo após tratamento

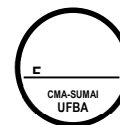
N.º	Tipo de Resíduo	Unid. Med.	Quant.	Destinação
01				
02				

Representante legal da empresa - Nome legível / CPFContato

Contato Representante técnico da empresa - Nome legível / CPFContato



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



#### **ANEXO D - TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA HABILITAÇÃO**

Em atendimento ao disposto no Termo de Referência a empresa **NOME** ., estabelecida na (ENDEREÇO COMPLETO INCLUINDO CEP), inscrita no CNPJ n.º ....., representada legalmente pelo Sr **NOME** pelo presente instrumento particular, **assume toda e qualquer responsabilidade no processo de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos de saúde (ESPECIFICAR TIPO DO RESÍDUO: INFECTANTES E/OU PERFUROCORTANTES)**, desde a coleta até a destinação final dos resíduos. E se compromete a:

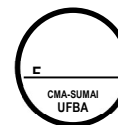
- a) Fornecer bombonas (no mínimo em 2 volumes diferentes) em quantidade suficiente para atender a demanda das unidades da UFBA, adequadas a armazenagem de resíduos infectantes e perfurocortantes;
- b) Quantificar todos os resíduos coletados através de pesagem *in loco*;
- c) Realizar coleta, transporte, dar um tratamento e destino final adequado aos resíduos, conforme diretrizes aprovadas pelo Órgão Ambiental, e em conformidade com normas e legislações relacionadas. **EXPLICITAR TRATAMENTO E DESTINO FINAL.....**

Salvador ..... de ..... de 20.....

Representante legal da empresa Nome legível / CPF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



### ANEXO E - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.

À Universidade Federal da BahiaEND:

Assunto: **PROPOSTA COMERCIAL**

Pregão Eletrônico nº xx/xxxx

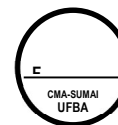
Proposta que faz a empresa ..... inscrita no CNPJ sob o nº..... e inscrição estadual nº ....., estabelecido (a) na cidade de ....., Estado de ....., na Av. ou R. (ENDEREÇO COMPLETO INCLUINDO CEP), para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de saúde (ESPECIFICAR TIPO DO RESÍDUO: INFECTANTES E/OU PERFUROCORTANTES) de acordo com o edital e o Projeto Básico/Termo de Referência, nas quantidades e valores indicados na tabela abaixo, com todos os custos inclusos (transporte, impostos, taxas, vasilhames indevassáveis próprios, tratamento, destinação final, etc).

Fornecimento de bombonas, pesagem in loco, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos infectantes e perfurocortantes.	QUANTIDADE (kg)	VALOR UNITARIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:** R\$.....(por extenso).

[cidade], ..... de ..... de 2021.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do representante legal da empresa



**ANEXO F - RELAÇÃO DAS UNIDADES GERADORAS DE RSS**

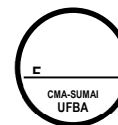
**Importante: Unidades geradoras poderão ser substituídas, excluídas, ter seus dados alterados, bem como novas poderão ser incluídas; pertencentes à capital, região metropolitana e interior da Bahia.**

UNIDADE	ENDEREÇO
Instituto de Geociências	Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus Universitário de Ondina, Salvador - Bahia - Brasil, CEP: 40.170-020, Telefone: (71) 3283- 8600, Fax: (71) 3283-8601
Instituto de Biologia	Rua Barão de Jeremoabo , s/n , Ondina , 40170-115, Salvador - Bahia - Brasil, Telefones: (71) 3283-6590/6512, Fax:(71) 3283-6511, E-mail: <a href="mailto:ibio@ufba.br">ibio@ufba.br</a>
Faculdade de Farmácia	Rua Barão do Jeremoabo, nº 147, Ondina - Salvador, Bahia - Brasil, CEP: 40.170-115, Telefones: (71) 3283-6922 (71) 3283-6900
Escola de Medicina Veterinária	Av. Adhemar de Barros, 500 - Ondina -Salvador - Bahia - Brasil, CEP: 40170-110
Escola de Medicina Veterinária – Biotério	Rua Professor Aristides Novis – Federação.CEP: 40710-000
Hospital de Medicina Veterinária	Rua Ademar de Barros, 500 – Ondina, Salvador - Bahia - Brasil, CEP: 40170-110, E- mail: <a href="mailto:hospmev@ufba.br">hospmev@ufba.br</a> , Telefone: (71) 3283-6738





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
 SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
 Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI



Instituto de Ciências da Saúde	Av. Reitor Miguel Calmon s/n – Vale do Canela  CEP 40.110-100, Salvador, Bahia, Brasil, Telefones: (71) 3283-8885, E-mail - ics@ufba.br
Faculdade de Medicina	<u>Anexo I da Faculdade de Medicina</u> <u>Dra. Rita Lobato Velho Lopes:</u> Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº, Vale do Canela, CEP: 40110-100, Salvador, Bahia, Brasil. medicina@ufba.br
Faculdade de Odontologia	Av. Araújo Pinho, n.72, Canela, CEP: 40110- 912, Salvador, Bahia, Brasil. odo@ufba.br Telefones: 3283-8964, 3283-8980 / 8982 Fax: 3283-8962
Serviço Médico Universitário – SMURB	Rua Padre Feijó, 240 (Prédio do Ambu- latório Magalhães Neto) 4º andar CEP: 40110-170 Telefone: 3283- 8700/8703
Instituto Multidisciplinar em Saúde –Campus Anísio Teixeira	Rua Rio de Contas, 58 – Quadra 17 – Lote 58 – Bairro Candeias. Vitória da Conquista –BA - CEP 45.029-094 Telefone: (77) 3429 2734 – 9989-7936. E-mail: ivansobrinho@ufba.br